

Rita Rainho

A INSURGÊNCIA DE UMA PLANTAÇÃO DE ALGODOEIRO HOJE: DOS TEMPOS DE MAGIA ES CRAVA À RESISTÊNCIA CULTURAL PÓS INDEPENDÊNCIA EM CABO VERDE



PORQUÊ O ALGODÃO?

Tudo começou às voltas com a organização de um projeto para apresentar, conjuntamente com Vanessa Monteiro, no Salão de Design *Created_in* Cabo Verde (2018). Este Salão tinha como tema “O padrão da panaria cabo-verdiana como matéria criativa”, organizado pelo CNAD - Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, no Mindelo, ilha de São Vicente, em Cabo Verde.

De agosto a novembro desse ano realizamos uma pesquisa sobre a panaria cabo-verdiana recorrendo a livros, ao espólio do CNAD, e ao mestre artesão Marcelino dos Santos, o último ainda vivo na região norte de Cabo Verde com esse conhecimento, desde o ciclo completo da transformação da fibra do algodão a todo o engenho ligado à panaria, a construção do tear, a montagem da urdidura, o desenho e a tecelagem.

... pertence à natureza da sombra a característica de desaparecer logo que é atingida por essa luz intensa; nisso reside a sua diferença em relação à canonização institucional e à transmissão mediática. (PERNIOLA, 2006, p. 10)

O que fazia ainda sentido criar no mundo contemporâneo? Essa era, e será, nossa pergunta. Atuando junto do sector das artes nas ilhas, nenhum objeto parecia fazer sentido para o Salão de Design, nenhuma obra parecia deixar a sombra que pretendíamos que se jogasse sobre as possibilidades que estavam por vir na relação com a herança da panaria.

A panaria cabo-verdiana, nas ilhas de Cabo Verde conhecida por *panu di terra ou pano d' terra*¹, é uma técnica de tecelagem artesanal, em que os panos são conformados por bandas de menos de um palmo de largura, tecidas separadamente e cosidas no fim, ourela contra ourela. Em Cabo Verde existem três tipos de panos, *Pano d'obra*, *Pano Bitcho*, *Pano Tcbã*, e foi no primeiro que nos concentramos.

O Pano d'obra caracteriza-se pelo preenchimento total de padrões, seguindo a estrutura de base, boca de pano, zona de transição e o corpo.

Nos padrões dos panos, pelo conhecimento do mestre artesão Marcelinos dos Santos, destacam-se a figura estilizada do Algodão, Cintinari e Roda Espora.

Foi aqui que tudo começou. Fixamo-nos na figura estilizada inicialmente, até que percebemos que o projeto só teria sentido numa visão holística. O regresso ao que teria originado a estilização da cápsula de onde brota a fibra do algodão nos padrões de panaria cabo-verdiana, foi o que nos permitiu sair do plano da criação autoral, do objeto de design, para o início de um entendimento partilhado sobre o passado e das heranças esquecidas, mas também de experimentação agrícola, educativa e artística que provocasse a possibilidade de futuro do algodão insular. E foi aí que nasceu o projeto “Neve Insular”. Mas, antes de chegar a ele em concreto, faz sentido, entender a carga do território e da história do algodão que, consigo, inevitavelmente carrega.

CONSUMO MÁGICO DO *PANO D' TERRA* NO TRÁFICO DO ATLÂNTICO COLONIAL

Cabo Verde é um pequeno arquipélago situado no médio oceano Atlântico, a cerca de 600 km da costa ocidental senegalesa, na região Sahel e por isso marcada pela aridez de um clima tropical seco. Foi considerado desabitado quando os portugueses aqui atracaram em 1460, porém as ilhas já eram conhecidas pelos geógrafos árabes desde o séc. XI (VEIGA, 1997), e considera-se que fosse habitada por grupos de naufragados, provenientes de etnias wolof, lebus e felupes.

É a partir do séc. XV que se constitui colónia portuguesa, sendo que a fixação humana no território foi difícil e prolongada devido à aridez e escassez de recursos naturais, aspetos que até hoje determinam as condições de vida das populações.

¹ Foi de meados dos séc. XVI até XVIII uma moeda de troca no comércio da costa africana, com relevância no trânsito comercial e cultural entre as ilhas e o continente. As versões são de acordo com crioulo de Santiago e São Vicente.



Madeiraal, paisagem envolvente da plantação biodiversa, Neve Insular, 2019.

A ilha de São Vicente, onde nasceu o projecto “Neve Insular”, foi a última a consolidar o povoamento, já no séc. XIX.

Antes da constituição da colónia portuguesa em Cabo Verde, em África já se cultivava o algodoeiro, utilizava-se o tear manual e fabricavam-se artesanalmente tecidos de algodão.

Em Cabo Verde, o cultivo do algodoeiro foi assumido logo no princípio da ocupação das ilhas, sobretudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo, e a fibra era utilizada apenas para exportação com destino sobretudo a Portugal, Flandres, Espanha, mas também para os resgates na costa africana (CARREIRA, 1968).

A decisão política tomada por D. Afonso V, em 1466, de premiar com privilégios os europeus que residissem na ilha e, em 1472, de coagir os mesmos a povoarem o hinterlande produzirem mercadorias, em particular algodão, para o resgate na Costa da Guiné, fundou no arquipélago de Cabo Verde a primeira sociedade escravocrata da era Moderna e do Atlântico. (CABRAL, 2013, p. 35)

Estes regimes de plantação, no caso do algodão, deviam servir de íman para povoadores com ânsia de poder e riqueza, e noutro nível, deviam substituir a natureza preexistente, de paisagens antigas que era preciso remodelar, ou de formações vegetais anteriores que era preciso destruir, e o do regime de um ecossistema que era preciso substituir pelo agro-sistema (JOHNSON, 2013).

Em Cabo Verde, a produção de algodoeiro de sequeiro e de regadio, alcançou um valor acrescido, servindo para pagamento de impostos e outros serviços (nomeadamente as dízimas), assim como o aluguer e compra de casas.

A partir dos meados do séc. XVI até ao final do séc. XIX, regista-se um trânsito do ‘ciclo do algodão’ para o ‘ciclo da panaria’ (CARREIRA, 1968).

(...) preponderância dos «panos e roupas de Santiago» nos tratos e resgates na «Costa», a ponto de o «pano» haver conquistado posição privilegiada de «moeda-corrente» num sector (do Senegal à Serra Leoa, ou seja a «Costa da Guiné»), sendo procurado e preferido pelos estrangeiros, porque sem ele dificilmente conseguiam escravos e géneros ricos de produção africana: ouro, âmbar, cera, marfim, couro e outros; (CARREIRA, 1968, p. 157/158)

A valorização da panaria cabo-verdiana, através da singularidade dos *panos d’terra* ganhou um alto relevo económico e simbólico enquanto produto de consumo má-gico no tráfico de escravos do Atlântico.

A pedra do toque do dispositivo alucinatório do potentado é a ideia de que não há qualquer limite para a riqueza e para a propriedade e, portanto, para o desejo. É esta ideia de um imaginário sem simbólica que constitui o “pequeno segredo” da colónia e que explica a força imaterial do potentado colonial. (MBEMBE, 2014, pp. 198–199)

Mecanismos históricos conduziram a enormes atrocidades, atropelando recursos humanos e naturais e viciando o corpo humano de uma ganância insaciável composto naquilo a que entendemos por domínio colonial, e do qual o território de Cabo Verde foi também palco. A sede de enriquecimento associada a vastas invenções, fizeram das viagens, motivos de proclamação de descoberta, e/ou desejo de domínio e conquista predadora sobretudo dos continentes América e África. Domínio e conquistas que foram executadas pela força de poder, e pela ambição do capital em exponente.

Cabo Verde surge aqui como entreposto, funcionando como placa giratória comercial de tráfico atlântico inicialmente nos regimes de plantação e depois na escravatura; consolidando-se durante vários séculos um triângulo de exploração de comércio entre os continentes Europa, África e América.

É conhecido que o colonialismo atingiu o seu apogeu não tanto com a exploração de africanos submissos, mas com a transformação destes em objetos de uma economia imperial marcada pela sede insaciável de poder e riqueza. É curioso entender que esta sede de riqueza do colono introduz uma nova ordem de mercadorias, no caso a humana, autorizada pelos locais porque mobilizados pela necessidade e pelos fluxos do desejo (MBEMBE, 2014).

Através desta nova ordem, uma complexa máquina de consumo de pessoas, cujo poder e desejo, alimentou e engrandeceu o domínio europeu sobre os outros povos, promovendo o terror. Nestas relações intercontinentais vingou a corrupção e simultaneamente o encanto dos africanos pelas mercadorias europeias, sem valor económico, mas investidas no culto dos feitiços, numa espécie de novo lugar de deslumbramento e alucinação com o espelho exótico europeu. Em troca deste consumo de desejo e poder, de África se exportaram milhões de pessoas vigorosas, outras morreram nas guerras, nas viagens e por doença, e em África se travaram guerras entre locais e com colonos, destruindo-se reinos, culturas, aldeias e cultivos, em que poucas pessoas terão escapado aos agressores, mas nem sempre à fome e à morte.

Com a transformação de pessoas em mercadoria, e os regimes de plantação e exploração de recursos naturais, a Europa acumulou nesse momento valiosas riquezas roubadas com o extermínio dos ameríndios e com a exportação e o trabalho dos negros em escravatura sobretudo na América. Outras partes do mundo terão sido pilhadas e colonizadas, como a Ásia, e foi toda essa usurpação que construiu um capital, condições para os desenvolvimentos científicos e técnicos europeus.

Aquilo que Mbembe (2014) ressalta é que a questão da raça serviu, ao longo dos séculos (com ênfase no regime de exploração nas plantações e no regime colonial), como exercício de poder, ordem social e aumento de rendibilidade econômica. E, nesta economia de deslumbramento, balizada entre a vida, a morte e a abundância, consolidou-se durante séculos a circulação de produtos materiais e de capacidade simbólica em troca de outros bens, mas também em troca de pessoas. Entre esses objetos o *pano d' terra*.

Interessa entender a colonização na óptica de uma máquina produtora de desejos e de desvarios para entender o lugar do *pano d' terra* no tráfico atlântico, no quadro da cobiça dos colonizados que crescia com a raridade do mesmo pela possibilidade de distinção de estatuto, hierarquia, classe (MBEMBE, 2014).

No séc XVIII, a cultura de algodão e dos panos entraram em decadência. Ao nível do comércio de escravos, responsáveis pelas principais atividades da produção, fiação e tecelagem, regista-se uma afirmação do monopólio de escravos por parte da Coroa Portuguesa, vendidos ao dobro do preço, bem como o direito exclusivo da venda dos “panos de terra” (CARREIRA, 1968). Com a falta de mão de obra, os severos períodos de seca e fomes que a história registou no arquipélago a cultura de algodão caiu, acompanhada da produção em série de fios e tecidos que a Revolução Industrial permitiu.

Com a riqueza acumulada pelos impérios, as invenções começaram a proliferar na Europa. Entre 1766 e 1770, na Grã Bretanha, James Hargreaves desenvolveu a *spinning jenny* que permitia a um operário fiar 8 fios ao mesmo tempo, antecipando a própria máquina a vapor em 1776 e determinando o progresso da economia mundial. O início da Revolução Industrial veio criar a oportunidade de as sedes dos impérios coloniais exercerem o seu poder global, não através da força, mas do comércio. (ANDERSON, 2012, p. 45).

Ao mesmo tempo que se inicia a época que mais irá determinar interferências ambientais desastrosas, mudanças sociais positivas acontecem na Europa após a Revolução Industrial, com melhorias na higiene, cuidados médicos, educação, aumento da esperança de média de vida, etc. e até mesmo algumas mudanças negativas ao nível ambiental, por exemplo com a proliferação de fábricas têxteis e as necessidades de energia fóssil geradas. Mas não está tão estudado o que aconteceu com os agricultores da cultura do algodão, aos artesãos da fiação, aos mestres tecelões? Nas metrópoles da Revolução há relatos de revoltas de corporações de artesãos, mas e no sul o relato da decadência, nomeadamente do abandono da metrópole em relação ao território das ilhas de Cabo Verde?

RESISTÊNCIA CULTURAL PÓS INDEPENDÊNCIA EM CABO VERDE

“(…) Acho que nenhuma outra manifestação artesanal atingiu tão alto nível técnico e artístico, no passado, entrando depois em decadência a partir do séc. XIX, mas ainda podemos ver belos espécimes, que chegaram até nós em Cabo Verde.” (FIGUEIRA, 1998, p. 234)

É após a independência que este cenário é contrariado. Manuel Figueira, artista plástico cabo-verdiano, formado em Lisboa, regressa a Cabo Verde e integra o projeto da jovem nação, como responsável pelo Sector do Artesanato da Comissão de Investigação e Divulgação Cultural - C.I.D.C. (1975-1977), e as artistas Luísa Queirós com Isabel Duarte compõem a Sub-Comissão de Artesanato da referida C.I.D.C.

Em 1976 um grupo de professores, os referidos artistas, juntamente com Alexandrina Freitas, Clementina Chantre e Mercedes Leite criaram no Mindelo a Cooperativa Resistência que viria a tornar-se um instituto público em 1978, com 6 professores de Ciclo e Liceu, 4 cardadeiras e fiadeiras, o CNA – Centro Nacional de Artesanato, com sede no Mindelo e seu Centro Regional de Artesanato na cidade da Praia.

É o CNA que desenvolve um projeto de salvação da arte popular em Cabo Verde.

Cabo Verde, então colónia portuguesa e sem perspectivas de se desenvolver com base numa economia endógena, viu o seu artesanato a sucumbir, a perder-se no tempo. O único artesanato que sobreviveu com pujança, até à resolução industrial foi o de panaria, especialmente na ilha de Santiago. Aliás, terá sido a panaria o único artesanato nas ilhas que se afirmou na economia de então, reconhecido com alto valor de troca no continente africano e na Europa. (LOPES, 2013, p. 14).

O CNA interrompeu o anonimato em que o colonialismo tentara enterrar a cultura cabo-verdiana, e evidenciou uma resiliência indestrutível encontrada na pesquisa cultural de resgate dos saberes locais. Esse trabalho da Cooperativa Resistência e do CNA, encarou as dimensões da investigação, da educação e criação, orientadas para a consciência da riqueza artesanal e a partir da ideia combatente de que não há verdadeira Independência Nacional sem Independência Cultural.

Defender e desenvolver as manifestações de cultura do nosso povo, respeitar e fazer respeitar os usos, costumes e tradições da nossa terra, desde que não sejam contra a dignidade humana, contra o respeito que devemos ter para cada homem, mulher ou criança. (CABRAL, 1974, p. 51).

Foi estudada a arte popular num reconhecimento profundo do potencial da terra e sua especificidade das matérias primas locais como por exemplo: o barro para a cerâmica, as plantas (como algodoeiro, indigueiro, pargueira, cisal, bombardeira, bana-

neira, cana) para os tingimentos, a tecelagem, os teares e a cestaria, e outros saberes de extremo valor cultural associado, como as oficinas de carpintaria, construção de instrumentos musicais, latoaria, ou as forjas, as redes de pesca, a confecção de bonecas, e ainda o compasso de fazer rebuçado, ‘sucrinha’ e pão. Mas é na panaria que recai o foco do CNA, escolhido pela excelência técnica, estética e simbólica dos panos, e pela escassez dos mestres tecelões que se encontravam já de idade avançada, determinando um manifesto até hoje conhecido: “NÃO DEIXAR MORRER A TECELAGEM”.

É frequente dizer-se que as práticas culturais de raiz africana eram proibidas durante a colonização, e de fato muitas eram. No caso da panaria ela foi não proibida, mas veículo de fortalecimento de um regime de plantação e de escravatura, como vimos, objeto de alto valor (tanto o algodão inicialmente, como a panaria num segundo momento) no tráfico atlântico. O que sucede com a queda desse valor, é um abandono, e aquilo a que podemos chamar de objeto de desprezo pelas elites.

Também devido ao isolamento das ilhas, ao abandono por parte da metrópole, então portuguesa, as práticas artesanais sobreviveram após a revolução industrial, sobretudo ligadas a mestres nos meios rurais que mantiveram técnicas rudimentares e aplicadas a objetos utilitários. No entanto, muitos dos objetos de tecnologias artesanais que integravam o mercado em bens de utilidade em casa, ferramentas e outros utensílios foram, pouco a pouco, substituídas por objetos produzidos em série, produzidos por outras matérias primas que não estavam disponíveis no arquipélago, e que chegavam por via da importação ou enviados pela diáspora. Tudo isso concorreu para o condicionamento do gosto e dos hábitos da população local, bem como para uma subvalorização do artesanato que rapidamente sucumbiu a zonas cujo acesso aos bens era limitado.

A preocupação cultural, a necessidade desde sempre sentida de se funcionar como escola, sobrepunha-se pela força das circunstâncias aos objetivos “produtivos”. (FIGUEIRA, et al., 1979, p. 77)

A preocupação cultural, a necessidade imposta pelo manifesto que citei, orientaram a missão do CNA, como uma escola preocupada simultaneamente com a cultura e com a produção. Na prática, colocou professores, artesãos e aprendizes, no lugar de aprender com os mestres tecelões, mergulhar nos seus segredos, as suas técnicas, os desenhos mais antigos. No olhar dos artistas e professores fundadores da cooperativa, esse caminho de aprender era o que permitiria recriar, enriquecendo a arte e transmitindo-a aos mais novos. No caso, com Nho Griga, último tecelão de Santo Antão, aprenderam o “calabedotche” (pano de retalhos coloridos) e com Nho Damásio, mestre de Santiago, o “Pano d’obra” (panaria cabo-verdiana). Após a aprendizagem concentrada, em Abril de 1976, a escola continuou organizando-se em trabalho prático, estudo da Panaria cabo-verdiana, desenho e pintura, levantamento de desenhos de panos tradicionais, tapeçaria e limpeza e organização do espaço.



Madeiral, Plantação de algodão, Neve Insular 2019.



Mon na terra, oficina de transformação de algodão com mestre Marcelino dos Santos, Neve Insu-lar, 2019.

NEVE INSULAR VERSUS DESEJO DE CONSUMO NO CENTRO DE GRAVIDADE NO PERÍODO COLONIAL E CONTEMPORÂNEO

Afinal, pensando neste passado, o que faz ainda sentido criar no mundo contemporâneo com o algodão?

A indústria têxtil, em todo o seu ciclo de produção, desde os cultivos das fibras, sua transformação à confecção, tem vindo a ser marcada pela exploração de mão de obra barata, infantil, etc. e alimentada por um consumo globalizado e desenfreado de todos nós. Global Slavery Index² denunciou 40,3 milhões de pessoas em situação de escravidão moderna em 2016, das quais 71% são mulheres e os itens de vestuário estão entre os produtos de maior risco neste tipo de exploração.

Hoje, se no mundo, o algodão permanece no topo das pirâmides de produção escrava, massificada e estratificada, em Cabo Verde a produção ficou totalmente extinta. À ilha de São Vicente, onde não houve produção, chegaram sementes carregadas pelas pessoas e pelo vento, podendo-se encontrar a planta de forma espontânea pelos vales, e, um ou outro pé resguardado em jardim particular. É a partir dessas sementes que nasce uma pequena área de produção de algodão no Centro Agro-ecológico do Madeiral no interior da ilha. É nessa plantação que se enraíza o projeto “Neve Insular” em parceria com a Associação Agro-Pecuária do Madeiral e Calhau.

Com o início da plantação em 2018, na verdade uma ação simbólica de recolha de espécies selvagens, tratamento das sementes e sementeira laboratorial, foram obtidas reações diversas: muitas pessoas nos perguntavam, plantar nesta aridez de São Vicente? vão plantar algodão? é difícil competir com a indústria têxtil...; outras reagem com as versões paternas: quando sai a primeira coleção de roupa? quando vos compro uma t-shirt?; e as outras mais utópicas: vão retomar a panaria, vamos ter de novo tecelagem!

Así, el conocimiento científico dominante alimenta un monocultivo de la mente al crear el espacio por el que desaparecen las alternativas locales; algo muy parecido a la introducción de monocultivos de variedades vegetales que desplazan y destruye la diversidad local. (SHIVA, 2008, p. 19)

Nesse princípio ficou evidente para nós que era imprescindível plantar o algodão em São Vicente, aquele que tínhamos visto refletido, de forma figurativa, no padrão do Pano d’obra, mas não apenas o algodão, enriquecer a terra e o entorno de uma biodiversidade que espelhasse a pluralidade de sentidos que queremos encontrar. Esse voltar à terra, ligou-nos aos saberes das agricultoras e agricultores, muito embora sobre o cultivo de algodão pouco se soubesse. Porém havia uma vontade comum de

² Mais informações: THE MINDEROO FOUNDATION. Walk Free Foundation. Global Slavery Index 2018., 2018. Disponível em: <<https://www.globalslaveryindex.org/resources/downloads/>>

inventar futuro que nos ligasse da terra à cultura, e havia dados que davam à plantação uma certa segurança: as sementes eram de algodoeiros espontâneos da ilha; espécie de algodão de sequeiro (como à do nordeste brasileiro) que apresentava muito resistência à falta de água, e aos solos semi-áridos.

Essas sementes não vingaram bem, e recomecemos de novo em 2019, agora com os princípios de agroecologia a apoiar-nos. Desta vez, organizámos um conjunto de oficinas de cruzamento de saberes e gerações, *Mon na Terra* (Agroecologia e Educação Artística), Tingimento natural e Cardar e Fiar.

Vou concentrar-me na primeira, que decorreu ao longo de vários sábados. A oficina *Mon na Terra* com foco na agroecologia, reforçou a importância dos saberes tradicionais da relação da pessoa com a natureza, perseguindo um pensamento, mas sobretudo uma prática ecológica e um movimento social e político transversal. Também serviu de suporte de cruzamento de experiências sobre compostagem, biofertilizantes, biopesticidas, cobertura vegetal e rega gota a gota. Sempre com a AAPCM, preparámos o terreno, 300 m² e vingou uma plantação biodiversa de algodão, como espécie principal, com mandioca para abrir o terreno duro e ser comida em lanches, milho e feijão para nutrir o solo e pintar o arroz dos almoços coletivos que viessem, nos limites cana capim elefante para barreira de vento. Neste trabalho verificou-se que o algodão, sendo um cultivo que ninguém tinha experimentado, proporcionou na oficina um ambiente de troca e uma aprendizagem tanto para os/as agricultores/as como para o agrónomo, para as crianças que nos acompanharam, e para o colectivo deste projeto.

Ao longo de 2020 foram feitas três colheitas, somando 10 kg. É muito pouco! - pensámos, mas logo chegaram 20 kg colhidos em pés espontâneos na ilha de São Nicolau por um artesão amigo, atento às nossas aventuras.

Desenhos desenrolados da terra, voltados para o mundo. Desenhos a trinta e quarenta mãos, Rastos das pegadas de quem cede e troca de lugar. (NEVE INSULAR, 2019)

Transportando o foco para a educação artística, com crianças dos 3^o e 4^o anos, professores/as das Escolas do Madeiral, de Ribeira do Calhau e do Calhau, e agricultores/as da AAPCM, se experienciaram questões em torno de uma aproximação da história do algodão no mundo e em Cabo Verde, da Planta do algodão, da exploração das matérias primas rurais como matérias visuais, o padrão da Panaria cabo-verdiana, e da transformação do algodão em fio.

Temos o problema de associar as práticas culturais tradicionais ao pobre (...) e os produtos artesanais são para os pobres. Temos de desmistificar esta ideia e, o melhor caminho para isto é a Educação. (MARÇAL, 2020, p. 67)



Colheita de mandioca, plantação biodiversa junto com algodão, Neve Insular 2021.



Mon na terra, oficina de educação artística, Neve Insular 2019.



Colheita de algodão, Madeiral, Neve Insular 2021.

Livres de atividades extra e aulas específicas de todas as expressões e desportos conhecidos, as crianças do mundo rural estão disponíveis. Há sempre quem não queira, prefira o telemóvel que a tia mandou de França e não queira sujar a sapatilha que o pai enviou dos Estados Unidos. Para os professores é uma oportunidade de sair da sala, fazer uma pausa, porque alguém está a cuidar das crianças. Há os que, porém, se interessam, e se envolvem, querendo saber mais e carregando baterias de entusiasmo, num sábado, para os dias de rotina em sala que se seguem.

Atividades coletivas, desenhos na terra, desenhos com terra, desenhos da terra. Aprender os padrões, entender a estilização da figura do algodão, e conhecer a panaria com quem a faz em São Vicente, o mestre Sr. Marcelino dos Santos, que nos tem acompanhado desde o primeiro momento.

Foi importante para o projeto Neve Insular lidar com o desejo de produzir, de desenhar produtos, comprar matéria prima, entregar ao artesão para executar, vender produtos esteticamente apetecíveis com toque de ‘ser d’terra’. Reconheço a velocidade com que se espera que se crie e se produza. Quantas vezes ouvimos, de pessoas que visitam as ilhas, mas e o que compramos aqui? a Neve Insular não tem produtos?

Ainda... como se diria em Moçambique. Ainda não. Porque sentimos que, para produzir de forma ecológica, sustentável e justa, é preciso criar uma rede solidária de sentido comum. Não há nenhum projeto que possa financiar isso, só o tempo o pode construir. Por isso, e como aprendi no ‘movimento intercultural Identidades’, o princípio dos Cs, conhecimento, confiança e cumplicidade tem marcado o percurso da Neve Insular. O desejo de criar e alimentar o ego de artista genial, trespassa cada um/uma, num centro de gravidade movido pelo consumo: o consumo de egos/nomes e vaidades, mas também o consumo de produtos, de fator exponencial do ‘ter’. O algodão e a panaria em Cabo Verde ficaram fósseis do tempo colonial em que foram consumidos, usados e abandonados, tanto a obra de panaria, a matéria prima/natureza, como as pessoas. Hoje não queremos repetir esse cenário, não queremos alimentar um consumo que é parte do combustível do mundo desigual que vivemos.

É óbvio que uma cosmovisão dessemelhante à ocidental, que surge de raízes comunitárias e não capitalistas, existentes não apenas no mundo andino e amazônico, provoca conflitos e rupturas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo e dos diversos socialismos que existiram até agora. O Bem Viver, como anotamos, nos ordena a dissolver os tradicionais conceitos de progresso, em sua derivação produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com a sua visão mecanicista do crescimento econômico. (ACOSTA, 2016, pp. 97–98)

É difícil resistir ao encanto de conseguir mudar uma paisagem nua, num pequeno recanto vestido de verde, pontuado de branco e cheio de encontros com pequenos

bichos que encontram um lugar mais reconfortante para viver. É difícil resistir aos olhos de crianças infoexcluídas e esquecidas pela cultura que fervilha na cidade e que invade as zonas rurais, que se sentiram valorizadas, e perguntam quando voltam ao algodão.

No artesanato tradicional é comum desaparecerem atividades, desaparecerem da circulação determinados objetos, porque deixaram de ter sentido a sua produção, deixaram de ser úteis ou funcionais enquanto objetos de seu uso quotidiano. (...) Contudo, esse mesmo objeto não deixou de ser útil no plano cultural, pedagógico, no plano técnico. (LOPES, 2013, p. 14).

É evidente para nós que, no terreno político, nos queremos distanciar de um produzir artesanato & design pensando no turismo, na ótica do design da identidade nacional através do vestuário, e dos objetos com aplicações do *pano d' terra* (NO-LASCO, 2018).

E quanto aos processos de trabalho, preocupa-nos a tendência da separação daquele que concebe, tradicionalmente o/a designer, e o/a artesã(o), a que que executa, segregações e hierarquias herdadas desde o princípio da revolução industrial, com o aparecimento da figura do desenhador das peças a serem reproduzidas pelos artesãos/operários, nos séc. XVII na Fábrica de Bodelins, e séc. XVIII e na Fábrica de Wedgwood (CARDOSO, 2008) -

E então, o que queremos? Viver este processo lento de conhecer o território e conhecerno-nos, conhecer e interferir na história das artes em Cabo Verde, a partir do passado e da ação interferente no presente deste território e daquilo que das culturas agrícolas, dos saberes populares se pode aprender para fazer face ao contexto de hoje.

Um pano – um objeto do qual pouco esperávamos esclarecesse o nosso conhecimento do mundo - aqui nos retém, presos à invisível teia que o liga à natureza humana, com os seus sentimentos e culturalidade (...). (JARDIM, 2020, p. 175)

Por isso, este texto serve-me de rasto da necessidade de entender melhor quem foram os artesãos que trouxeram o saber da panaria até nós, e como o algodão trespassou toda a história de ocupação do território de Cabo Verde. Mas também me serve para tornar consciente outras necessidades:

a) a escuta dos e das agricultores/as, das crianças do vale, dos/as artesãos/as. Estes têm-nos vindo a ensinar muito sobre o tempo de cada coisa, sobre a mobilização das pessoas, o rigor de como se organizam e produzem, pontual mas coletivamente. Madeiral é o lugar e a AAPCM que escolhemos para aprender a ser/estar coletivo, que escolhemos para aprender o tempo que o tempo tem, o sentido que o algodão



Mostra pública do grupo de formandos(as) de Ciclo de Algodão, Neve Insular, 2021.

pode ter, na escala possível, na biodiversidade que queremos, na ilha árida e tantas vezes estéril que temos;

b) da atenção crítica que precisamos face ao nosso romantismo de mulheres que vivem na cidade e se sentem enamoradas pelo campo, portadoras de uma utopia, que como todas as utopias, está cheia de defeitos e erros próprios de quando se coloca esse lugar ideal em prática.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2019.
- ANDERSON, Chris. *Makers – a nova Revolução industrial*. Amesterdão: Elsevier Editora, 2012.
- CABRAL, Amílcar. *P.A.I.G.C. Unidade e Luta*. Publicações Nova Aurora.1974.
- CABRAL, Iva. *A PRIMEIRA ELITE COLONIAL ATLÂNTICA Dos “homens honrados brancos” de Santiago à “nobreza da terra” (Finais do séc. XV - início do séc. XVII)*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013. Disponível em: <<http://www.portal-doconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3316/1/Tese de Iva Cabral - OS HOMENS HONRADOS BRANCOS DA ILHA DE S.pdf>>.
- CARDOSO, Rafael. *Uma Introdução à História do Design*. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2008.
- FIGUEIRA, Manuel *et al*. *Currículo das Actividades do período anterior à formação da “Cooperativa Resistência” até à presente data*. Separata de Actas do Colóquio sobre Artesanato (Coimbra, 8 a 11 de Novembro de 1979). Coimbra: Serviços Municipais de Cultura e Turismo de Coimbra e Instituto Português de Património Cultural, 1983.
- FIGUEIRA, Manuel. *As Artes Plásticas e o Artesanato: ficção e tingidura*. In: ALMEIDA, José Maria. (Org.). *Descoberta das ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Nacional de Cabo Verde, 1998.
- NEVE INSULAR. *Mostra “Mon na Terra” no Centro Cultural do Mindelo*. Boletim 2 Mindelo: Neve Insular, 2019.
- JARDIM, Manuela. *Memórias de um projeto*. In: FERREIRA, I.; RAINHO, R. (Eds.). *Grandes Conversas, Arte, Artesanato e Design - URDI 17/18*. Mindelo: Edições CNAD, 2020.
- JOHNSON, Walter. *River of Dark Dreams. Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2013.
- LOPES, Leão. *ARTESANATO NACIONAL: Por uma nova estratégia de políticas e incentivos para o sector, um estudo de campo ilhas de S. Nicolau, S. Vicente e Santo Antão*. Cabo Verde: M_EIA, 2013.
- MARÇAL, Artur. *Identidade Cultura, Artesanato e Design*. In. In: FERREIRA, I.; RAINHO, R. (Eds.). *Grandes Conversas, Arte, Artesanato e Design - URDI 17/18*. Mindelo: Edições CNAD, 2020.
- MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- NOLASCO, Ana. *Designing national identity through cloth: the pánu di téra of Cape Verde*. *Island Studies Journal*, 2018.
- SHIVA, Vandana. *Los monocultivos de la mente (perspectivas sobre la biodiversidad y la biotecnología)*. México: Fineo, 2008.
- VEIGA, Manuel. *Insularité et litterature aux îles du Cap-Vert*. Paris: Karthala, 1997.